

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA OBRA DE ANTÓNIO DA SILVA REGO

Judite A. Gonçalves de Freitas

Professora Associada

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UFP

jfreitas@ufp.pt

RESUMO

Pretendemos com esta análise proceder a um interpretação crítica da obra historiográfica de António da Silva Rego lembrando o Homem e, especialmente, o profícuo desempenho como historiador. Salientar os aspectos mais importantes da respectiva produção historiográfica, designadamente no que respeita à renovação dos métodos de pesquisa e crítica históricas aplicados à influência das missões portuguesas no Oriente, assim como a evidente preocupação com o incremento de uma «ciência missionária», são alguns dos nossos principais interesses. Pretendemos assim salientar a modernidade da obra do Autor, obra que constitui, além do mais, um monumento à influência das missões portuguesas, por meio do Padroado Português do Oriente.

ABSTRACT

With this analysis we intend to proceed to a critical interpretation of the historiographical work of António da Silva Rego, evoking him as a Man and, above all, recalling his prolific performance as an historian. The main concern of this approach is to highlight the most important aspects his historiographical production, especially in what concerns the renewal of research and critical historical methods, applied to the influence of the Portuguese missions in the East. We are also interested in demonstrating his evident concern with the increment of a "missionary science". We thus intend to point out the modernity of his works. Foremost, his work constitutes a grand monument to the influence exerted by the Portuguese missions, through the Padroado Português do Oriente.



ANTÓNIO SILVA REGO

(RETRATO DE JACINTO DEL CASO)

ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

1. INTRODUÇÃO

O balanço sobre as práticas de investigação e o ensino da história efectuado, em 1955, por Vitorino Magalhães Godinho faz salientar o seu isolamento e a falta de debate crítico. Magalhães Godinho diz, de maneira frontal: «*Eu duvido do historiador que é inteiramente desapaixonado*» (1971: 230)¹. No seu entender, os historiadores universitários e os estudiosos da história no *Estado Novo* assumiam uma posição aparentemente «imparcial» perante a realidade histórica. Esta atitude ia no sentido de evitar uma atitude ‘apaixonada’, ou melhor, crítica, que pusesse em questão as respectivas asserções ou que levantasse problemas; refugiavam-se numa posição metodológica que tendia a privilegiar a história documental, narrativa e positivista. A produção do Autor que iremos tratar enquadra-se fundamentalmente nesta tendência. Não obstante, a sua actividade de investigação sobre o dinamismo do *apostolado* lusitana no âmbito da Expansão Portuguesa a Oriente é suficientemente extensa e particularmente valiosa para merecer a nossa atenção. Deste modo, a partir dos inícios da década 40 em diante a sua obra insere-se numa conjuntura particularmente favorável à diversificação da produção historiográfica institucional que – e convém dizê-lo – reverteu a favor do enriquecimento das temáticas, designadamente no âmbito da História da Expansão Ultramarina, da História Económica e Social ou da História da Cultura e das Ideias (Mendes, 1996: 291-292). Mesmo assim, a produção historiográfica de Silva Rego releva de um carácter profissional, erudito e científico, como iremos constatar.

2. ENTRE O HOMEM E O HISTORIADOR

Gozava de estima entre colegas e alunos, com quem tinha uma relação fraterna, amiga e de grande confiança. Homem devotado ao magistério e à investigação, quem privou com ele diz ter sido o seu percurso um exemplo a seguir (1991, xvi). Manteve-se fiel ao compromisso moral assumido com os seus pares e com os estudantes, que lhe conferiram o afectuoso epíteto de «santo», atestando as suas benevolência e boa vontade, para além do reconhecido carácter. Tinha disponibilidade para receber e orientar os alunos no então Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina² ou em sua casa, desde que o solicitassem, norteando-se pela conciliação do compromisso científico com o dever moral. De acordo com Adriano Moreira, seu colega e amigo, «*Tinha a devoção do serviço aos outros*» (1991: xvii); foi também, e por isso, um homem imbuído de uma genuína propensão para cultivar as relações interpessoais.

A sua vasta obra reflecte esse compromisso moral de serviço no sentido da salvaguarda do património histórico, já que dedicou a maior parte da sua vida à compilação e edição de fontes, seguidas, não raras vezes, de cuidada crítica documental³.

¹ A frase surge a propósito daquilo que V. M. Godinho considera ter sido a genuína intenção de Oliveira Martins. «*colocar a investigação ao serviço de uma acção prática*», pautando-se pela recolha de informações a que conferiu um «edifício». V. M. Godinho reconhece o trabalho historiográfico de Oliveira Martins referindo-se às influências das suas teses e ideias na historiografia que se lhe seguiu (1971: 230-231).

² Sobre as sucessivas designações desta Escola veja-se a nota 5.

³ Vejam-se a título de exemplo o conteúdo das obras: *Documentação para a História das Missões do padroado Português do Oriente* ou *O Padroado Português no Oriente e a sua Historiografia (1838-1950)*: Nesta última, procede a

3. O PROJECTO HISTORIOGRÁFICO

A obra do Padre António da Silva Rego pode parecer-nos, à primeira vista, como o resultado da expressão historiográfica conectada com o diálogo entre a História e a Política, diálogo esse resultante dos encargos de que fora incumbido pelos seus directores superiores (o Patriarcado das Índias), que nos anos 40 o enviaram para a Universidade de Lovaina, a fim de estudar com carácter sistemático a projecção das missões portuguesas no Oriente.

A ideologia oficial de um Portugal uno, multirracial e pluricontinental atingira o auge. Por esta época, historiadores oriundos de diferenciados meios universitários e não universitários, com tendências e interesses divergentes, abordavam o expansionismo luso, manifestando com maior ou menor abertura o respectivo orgulho pátrio. Nesta mesma linha, a ideia de missão associada à política, e presente no Estatuto Missionário de 1941, fundamenta-se no papel atribuído às congregações religiosas nas missões ultramarinas, reconhecidas oficialmente. Logo no início da ditadura militar, em 1926, foi promulgado o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas; em 1928 estabeleceu-se um protocolo com a Santa Sé sobre o Padroado do Oriente bem como o Acordo Missionário, actos depois corroborados pela Concordata entre Portugal e a Santa Sé (1940). Na sequência destes acordos desenha-se um movimento de renovação e restabelecimento de função das ordens e congregações religiosas nas missões. Em 1942 constituiu-se a Congregação Missionária de S. Francisco Xavier de Goa, dedicada à evangelização fora de Portugal. Na opinião de Nuno da Silva Gonçalves,

“A Concordata e o Acordo Missionário tornaram-se importantes marcos de referência nas relações entre a Igreja e o Estado, reforçando como era desejo do Governo a dimensão nacional das missões. Políticos e eclesiásticos não deixaram de sublinhar o seu inquestionável significado.” (2000: 374).

Neste contexto, e ao abrigo de um *nacionalismo imperialista*, os estudos que versassem a «expansão» inseriam-se numa área consensual e intemporal que ‘alimentaria’ o imaginário português⁴. Por seu turno, a conjuntura política sustentava a harmonia entre a Fé e o Império, situação que virá a alterar-se somente no início da década 60.

Silva Rego, recém-chegado a Portugal, integra, a convite de Marcello Caetano (1906-1980) – ao tempo Ministro das Colónias (1944-1947) – o Corpo Docente da Escola Superior Colonial – hoje Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCS) da Universidade Técnica de Lisboa⁵ –, vivendo a partir de então em posição privilegiada para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos. Na referida Escola leccionou as cadeiras de *História do Império* no curso de Administração Colonial e *História da Colonização Moderna* no curso dos Altos Estudos Coloniais. Numa conjuntura dominada pelas comemorações centenárias da Fundação da Nacionalidade e da Restauração, vem a público uma emblemática obra de síntese – a *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1937-1940)⁶ –, símbolo da tendência conservadora do regime, editada sob a direcção de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, este último integralista e Director do Arquivo Histórico Colonial.

O historiador eclesiástico Silva Rego encaminha-se então no sentido de um incremento dos estudos de História da Expansão Colonial, dedicando-se à questão da missionação lusíada no Oriente desde a viagem gâmica⁷. Como corolário, virá a desempenhar alguns cargos importantes em prestigiadas instituições ligadas ao Ultramar, designadamente a Fimoteca Ultramarina Portuguesa (1952), a Presidência do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos (1955), a chefia da missão do Centro de Estudos Políticos e Sociais que investigava sobre a evolução das missões no ultramar, organismos instalados na Instituto de que foi igualmente Director. A sua vida pessoal e académica oscilou portanto entre a Diocese de Macau e o então ISCSPU⁸.

Ao ensino e à investigação históricas se dedicou com empenho, tendo percorrido com assiduidade as várias províncias ultramarinas portuguesas, em parte devido às suas responsabilidades religiosas e científico-profissionais. A ideia de garantir a solidariedade entre a acção da Igreja e o poder político colonizador está patente nos textos que se referem a missões e missionários⁹, não raras vezes cúmplices dos interesses do *Império*, dos primórdios à sua derradeira fase (1926-1974). Por conseguinte, o seu trabalho historiográfico não está de modo algum isento de interesse político, já que havia vontade superior em deixar por escrito a evolução da obra missionária portuguesa no Oriente, assegurando a sua *memória*.

Não podemos por isso esquecer a conivência historiográfica e cultural do historiador eclesiástico com o regime, v. g. a sua presença como representante do episcopado ultramarino na Câmara Corporativa ou a presença, como vogal, no Conselho Ultramarino. Foi também académico de número da Academia Portuguesa da História e pertenceu à Academia das Ciências de Lisboa e à Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Fundou e dirigiu *As Gavetas da Torre do Tombo* e a revista *Studia*. E sob os auspícios da Fundação Calouste Gulbenkian procedeu à organização do Arquivo Histórico de Macau e foi um dos promotores da instalação do Arquivo Histórico de Luanda.

4. A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

A sua obra historiográfica foi assim o resultado do encargo que assumiu de *produzir documentalmente* o estudo do Padroado Português do Oriente. Daí que o mais relevante pro-

uma bibliografia crítica de acordo com os vários períodos do padroado a Oriente, depois de efectuar uma introdução aprofundada à problemática na primeira parte.

⁴ Sobre a problemática pode ver-se o artigo de Yves Léonard (1997), "O Ultramar Português", in *História da Expansão Portuguesa. Último Império e Recentramento (1930-1998)* (dir. de F. Bethencourt e K. Chaudhuri), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 31-50.

⁵ Pelo meio, e até 1974, esta Escola conheceu as designações de *Instituto Superior de Estudos Ultramarinos* (1955 ss.) e *Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina* (ISCSPU) / Universidade Técnica de Lisboa (1960 ss.).

⁶ Uma realização historiográfica algo equivalente à *História de Portugal* «de Barcelos», dir. Damião Peres.

⁷ São igualmente cultores desta temática eclesiásticos como António Brásio e Joaquim Dias Dinis, entre outros que não dispunham de especial formação historiográfica.

⁸ V. *supra*, n. 4.

⁹ V. *infra* a bibliografia do Autor.

jecto de Silva Rego tenha sido o de publicar todos os documentos, de arquivos nacionais e estrangeiros, relativos à acção de apostolado e proselitismo portugueses no Oriente, com apoio da Agência Geral das Colónias, entidade promotora da edição, de 1947 a 1958. Saíram ao todo 12 volumes respeitantes à Índia, cobrindo todo o século XVI. A sua historiografia, porém, transcende este desígnio. No encaço de uma História Nacional das missões, foi um dos *ideólogos* de uma visão *expansionista* da História de Portugal.

Na *História das Missões do Padroado Português do Oriente* (1949) estão implícitas as suas perspectivas metodológicas, assentes na caracterização sistemática e específica da acção missionária nas diferentes cidades e regiões de presença portuguesa no subcontinente indiano. De igual modo, efectuou mais tarde um estudo síntese intitulado *O Padroado Português no Oriente (1838-1950) e a sua historiografia*, no qual manifesta uma especial preocupação de abordagem crítica da bibliografia (são-lhe dedicadas setenta e quatro das cento e dezanove páginas da obra).

Outros tantos atributos científicos do historiador patenteiam-se na descrição do sujeito e do objecto do plano que delineou para o estudo do Padroado, salientes na definição dos conceitos de «missionologia», «missão», «objectivos das missões», «missões nacionais» e «missões estrangeiras».

Por fim, no âmbito da metodologia e crítica históricas deixou dois textos¹⁰ dos quais ressaltam as inquietudes do historiador documentalista e metódico, colidindo, não raro, com questões de devoção, de que falaremos mais adiante.

5. A INOVAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

No seu livro *Noções de Metodologia e Crítica Históricas* considera que na Europa, ao seu tempo, existe um grande desinteresse pelo desenvolvimento dos estudos orientalistas quando refere:

«Porque se ignoram ainda muitíssimos dados das antigas civilizações asiáticas, que só nos últimos 50 anos parecem impor-se à consideração do homem ocidental”, e complementa “A divisão da história segundo os manuais europeus enferma de manifesto egocentrismo, é verdade, mas não vemos, por enquanto, como ela se poderá remediar.» (1951: 17-18).

A Historiografia que o precedeu, apesar de ter influenciado o desenvolvimento da sua própria Obra, está ainda algo distante dos critérios metodológicos por ele adoptados. Silva Rego debruça-se sobre o Oriente e o espaço missionológico português do século XVI à extinção do Padroado, sem que a sua influência se limite a este espaço. De facto, muitos os seus estudos permitem a análise comparativa com as missões em contextos mais alargados, designadamente o Atlântico. Um dos seus principais rasgos inovadores está na identificação da História de Portugal com movimentos expansionistas de sentido diverso.

Foi um dos precursores de uma Historiografia das missões com critérios modernos, sustentada na publicação de grandes recolhas documentais (Costa: 2000). O impulso e

desenvolvimento deste modelo, ao qual se dedica no período de 1947 a 1958, está patente na sua obra maior *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*; obra esta que consagra uma prática historiográfica com marcas duradouras, a avaliar pelo efeito de permanência respectiva no âmbito do saber missionológico.

Em complemento à publicação de acervos documentais, lança uma síntese histórica – *História das Missões do padroado português no Oriente* –, sustentada naquelas fontes originais e na crítica documental que tanto cultivou. O próprio reconhece a *inovação* que o motivou a avançar primeiro para a recolha e compilação documental, para posteriormente proceder à análise e síntese históricas. Mas o que então irrompia como novidade já hoje se não afigura ousadia de critério.

Esta atitude prestativa era conforme ao entendimento que fazia do mister de historiador e de homem de saber: disponibilizar a outros estudiosos, todo um manancial de informação mediante a publicação de fontes, para a prossecução dos estudos sobre as missões orientais portuguesas.

Estabeleceu um conjunto de regras, explicitamente anunciadas (1951:VIII-XII), para a leitura e publicação de documentos, já que ao tempo não tinha sido ainda estabelecido em Portugal qualquer sistema normativo de transcrição e edição de textos e documentos antigos. Daí o ter-se inspirado nas normas alemã, belga e espanhola.

Um outro aspecto demonstrativo da *modernidade* da respectiva Obra reside na sistematização da problemática das missões presente na definição dos conceitos de «ciência missionária», «missionologia», «missão», «terra de missão», «objectivos das missões», «missões nacionais» e «missões estrangeiras», decorrentes dos estudos aprofundados que produziu sobre a acção portuguesa de apostolado no Oriente ((1940;1949 e 1978). A aproximação a critérios interpretativos gerais e a objectivos de fundo é claramente explorada pelo Autor¹⁰. Parte em regra da descrição dos acontecimentos, desenvolvendo um espírito analítico que confere maior valor aos seus estudos, nos quais, sem excepção, incorpora referências aos trabalhos prévios e a fontes manuscritas. Vai encadeando os factos de acordo com o registo geográfico e cronológico, à medida que procede à síntese do conteúdo. Segundo a sua própria classificação, situa-se numa «(...) *história genética, explicativa ou evolutiva*» (1951b: 16); *narrativa*, dizemos nós, na medida em que a explicação dos factos passa pelo averiguar da respectiva causalidade e pela determinação dos efeitos. Tal como refere, uma história que «(...) *procura a explicação dos factos, pondo em jogo as causas e os efeitos (...) é a que todos os cultores procuram atingir, porque só ela é ciência*» (1951b: 16). Neste sentido, ressalta a importância na heurística de «*verificar documentalmente os factos apresentados.*» (1951b: 22).

Em resumo, o Autor reflecte critérios de uma mentalidade, de algum modo, 'protectora', já que evoca a presença testemunhal, a qualquer análise, de todas as fontes originais

¹⁰ *Noções de Metodologia e Crítica Históricas* (1951b) e *Tendências da Moderna Historiografia Portuguesa* (1956).

¹¹ V. um elucidativo exemplo no desenvolvimento do conteúdo obra *História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia* (1949).

e bibliográficas conhecidas. Precisamente neste aspecto, insere-se em tendências historiográficas ainda pujantes na altura, as quais privilegiavam as vertentes descritivas e factuais da realidade conhecida.

6. AS INQUIETAÇÕES DO HOMEM RELIGIOSO PERANTE O HISTORIADOR

Porém, a sua obra mais polémica e menos referenciada não é propriamente de história, mas insere-se no campo da metodologia do conhecimento histórico. Na torrente causal e genésica da história inclui, imprevisivelmente, o «demónio» e o «milagre», isto apesar de ter lançado uma interessante abordagem sobre a metodologia da construção da síntese histórica.

De facto, admite sem reservas a intervenção do Diabo no processo histórico, quando indaga sobre «(...) *o que se há-de pensar a respeito do milagre e do demónio, considerados em História.*»? (1951b: 91). Cita para tanto uma passagem de Langlois e Seignobos sobre o Demónio e Pisístrato, na qual se defende que é historicamente mais fácil provar a existência do primeiro do que do segundo (1951b: 92). Remata, porém, dizendo que «*O historiador, de orientação católica, não cairá no absurdo de invocar a intervenção diabólica, sem provas manifestas e fidedignas. Quando, porém, elas existirem, e quando sobre a sua existência cair o veredicto da Igreja, não lhe repugnará afirmar como historicamente certo este ou aquele facto*» (1951b: 92-93). Percebemos que, neste aspecto, impera a devoção do homem e não o distanciamento crítico do historiador.

No debate que encerra a explicação da construção d' «*A Síntese Histórica*» (1951b: 103-117), garante a interferência de *causas primeiras* e *causas segundas*. «*Deus é causa Primeira*» e ocupa lugar suficiente na História, não obstante considerar que a invocação do papel de Deus na heurística e crítica históricas conduziriam o historiador a produzir «*conjecturas pouco científicas e (...) afirmações gratuitas (...). O seu trabalho (...) seria mais produto da imaginação do que do acervo documental purificado pela crítica*» (1951b: 91). Quanto ao «milagre», define-o como «*Efeito sensível produzido por Deus à margem da ordem natural das coisas*» (1951b: 91), argumentando que o historiador deve encarar o milagre dentro dos fenómenos humanos. Mais uma vez sobressai a formação do homem, católico e sacerdote, ao considerar que relativamente ao milagre «*Tanto é de condenar a atitude crédula como a atitude agnóstica. O historiador, orientado pelo Catolicismo, goza neste particular de manifesta superioridade sobre os outros*» (1951b: 91-92); conseqüentemente todo o historiador agnóstico é um ser inferior. Ao longo do trabalho já referido realça a análise psicológica e espiritual que, nas suas palavras, constituem «*a garra do historiador*» (1951b: 88). Deste modo, liga a ordem histórica à ordem moral. De um modo genérico, Silva Rego tende a associar a metodologia à interpretação histórica. Em nossa opinião terá ido bem mais longe na crítica e debate da primeira do que na segunda.

Também, neste caso, nos cabe realçar a exigência que estabelece na preparação filosófica do historiador, adiantando algumas das disposições substantivas que aquele deve possuir: desejo de conhecer a verdade, libertação de preconceitos («*todo o preconceito*

é inimigo declarado da verdade histórica»), imparcialidade e posse de sentido histórico (1951b: 100-103).

Por conseguinte, foi capaz de lançar uma interessante abordagem sobre as práticas investigativas em História. Percebemos que o Autor manifesta uma inclinação para o estudo analítico dos documentos, no rasto da escola documentalista e metódica. Desenvolve uma Historiografia narrativa e, nalguns casos, crítica. Assume como modelo o método de Langlois e Seignobos, que em França, desenvolveram um processo rigoroso de análise histórica - «*pas de documents, pas d'Histoire*». Conforme já referimos, confronta-se com a dificuldade de distinguir a metodologia propriamente dita da interpretação crítica, esta última sujeita a regras e processos específicos.

Eis pois as principais inquietações metodológicas do historiador, derivadas sobretudo da sua atitude cultural e religiosa.

7. CONCLUSÕES

A obra historiográfica de Silva Rego enuncia, de algum modo, o seu próprio pensamento político e religioso. Há uma relação entre a realidade política e as suas criações historiográficas, podendo encontrar nestas respostas a dúvidas e contrariedades daquela. Por tudo isto, não é difícil descobrir na obra do Autor razões de natureza política e cultural, se bem que nos seus principais estudos imperem as motivações de natureza científica.. A sua Historiografia teve a virtude de trazer à luz novos documentos, prospectados e analisados segundo um critério historiográfico rigoroso, tendo por base normas paleográficas cuja operacionalidade nos nossos dias pode ser discutida, mas que constituíram na altura um significativo progresso. Precursor de um hábito que terá um maior desenvolvimento a partir dos finais da década de 60, de historiadores paleógrafos e de autores de edições monumentais de documentos, o Autor integra-se numa fase *documentalista* da História, da qual metodologicamente se não liberta.

Do nosso ponto de vista, a Historiografia de A. da Silva Rego tende mais para a erudição do que para a divulgação. E, neste âmbito, não obstante a função *legitimadora* da sua Historiografia, ele faz menos uma História com objectivos políticos e nacionalistas comparativamente com outros estudiosos e eruditos seus contemporâneos. A sua atitude cultural resulta dos valores em que acredita – os da Igreja; o que o não impede de assumir uma original tese sobre *o fazer História*: deixamos ao critério dos leitores o entendimento de uma sua inspirada frase: «*A objectividade do historiador deve tender mais para a pintura do que para a fotografia*» (1951b:101).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PRINCIPAIS OBRAS DE SILVA REGO

Dialecto (O) Português de Malaca. Apontamentos para o seu estudo. (1942). Agência Geral das Colónias, Lisboa.

Do conceito da Trindade no Hinduísmo. (1954). [Lisboa], s/ed..

Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. (anotada e coligida por António da Silva Rego). 1499-1522, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1947-58. Reed.

Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. (nota introdutória de Adriano Moreira), (1991), vol. I, Lisboa, CNCDP.

Dupla (A) Restauração de Angola. (1948). Agência Geral das Colónias, Lisboa.

História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia. (1949). Agência Geral das Colónias, Lisboa.

Lições de Missionologia. (1962). [Lisboa], s/ ed.

Macau e a Semana do Ultramar Português. (1951a). [Lisboa], s/ed..

Noções de Metodologia e Crítica Históricas. (1951b). Lisboa, Gabinete de Estudos Ultramarinos.

Orientalia. Sonetos. (1938), ed. José Fernandes Júnior, Lisboa.

Oriente (O) e o Ocidente. Ensaios. (1939). Lisboa.

Padroado (O) Português do Oriente. Esboço Histórico. (1940). Agência Geral das Colónias, Lisboa.

Padroado (O) Português no Oriente e a sua Historiografia (1838-1950). (1978). Lisboa, Academia Portuguesa da História.

Presença (A) de Portugal em Macau. (1946). Agência Geral das Colónias, Lisboa.

História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia. (1949). Agência Geral das Colónias, Lisboa.

Tendências da Moderna Historiografia Portuguesa (discurso inaugural da 7ª secção do XXIII Congresso Luso-Espanhol para o progresso das Ciências). (1956), Coimbra.

OUTRA BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

BAIÃO, António, Cidade, Hernâni e Múrias, Manuel (dir.). (1937-1940). *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. 3 vols. , Lisboa, Editorial Ática.

COSTA, João Paulo Oliveira e (2000). A diáspora missionária. In: Azevedo, Carlos Moreira (dir.). *História Religiosa de Portugal*. vol. 2, *Humanismos e Reformas*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 255-313

GODINHO, Vitorino Magalhães. (1971). A historiografia portuguesa do século XX. In: Idem. *Ensaios III. Teoria da História e Historiografia*. Lisboa, Sá da Costa, pp. 227-248.

GONÇALVES, Nuno da Silva. (2000). A dimensão missionária do catolicismo português. In: Azevedo, Carlos Moreira (dir.) *História Religiosa de Portugal*. vol. 3, *Religião e Secularização*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 353-397.

LÉONARD, Yves (1997), "O Ultramar Português". In Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa. Último Império e Recentramento (1930-1998)*. vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 31-50.

MENDES, J. Amado. (1996). A renovação da historiografia portuguesa. In: Torgal, Luís Reis, Mendes, J. Amado e Catroga, Fernando (dir.). *História da História em Portugal sécs. XIX-XX*. Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 277-344.